



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Exercícios comentados, questões e mapas mentais
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



SEC-BA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO
DA BAHIA

Professor- Língua Inglesa

EDITAL SEC/SUDEPE Nº 13/2025

CÓD: SL-112JH-25
7908433278092

COMO ACESSAR O SEU BÔNUS

Se você comprou essa apostila em nosso site, o bônus já está liberado na sua área do cliente. Basta fazer login com seus dados e aproveitar.

Mas caso você não tenha comprado no nosso site, siga os passos abaixo para ter acesso ao bônus:



Acesse o endereço editorasolucao.com.br/bonus.



Digite o código que se encontra atrás da apostila (conforme foto ao lado).



Siga os passos para realizar um breve cadastro e acessar o **bônus**.



Este material segue o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Todos os direitos são reservados à Editora Solução, conforme a Lei de Direitos Autorais (Lei Nº 9.610/98). É proibida a venda e reprodução em qualquer meio, seja eletrônico, mecânico, fotocópia, gravação ou outro, sem a permissão prévia da Editora Solução.

PIRATARIA É CRIME !



COMO PASSAR EM CONCURSOS PÚBLICOS

Bem-vindo à sua jornada de preparação para concursos públicos! Sabemos que o caminho para a aprovação pode parecer longo e desafiador, mas com a estratégia certa e um planejamento adequado, você pode alcançar seu objetivo. Nesta seção, oferecemos um guia abrangente que aborda todos os aspectos essenciais da preparação, desde a escolha do concurso até a aprovação final.

✓ PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO

O sucesso em concursos públicos começa com um planejamento bem estruturado. Aqui estão algumas dicas para ajudar você a dar os primeiros passos:

- **Escolha do Concurso Certo:** Identifique qual concurso é mais adequado para o seu perfil e seus objetivos de carreira. Leve em consideração suas habilidades, interesses e as exigências do cargo.



- **Cronograma de Estudos:** Crie um cronograma que distribua o tempo de estudo de forma equilibrada entre todas as disciplinas. Considere o tempo disponível até a prova e estabeleça metas de curto, médio e longo prazo.

- **Definição de Metas:** Estabeleça metas claras e alcançáveis para cada etapa da sua preparação. Por exemplo, dominar um tópico específico em uma semana ou resolver um número determinado de questões por dia.

✓ ESTRATÉGIAS DE ESTUDO

A forma como você estuda é tão importante quanto o conteúdo que você estuda. Aqui estão algumas estratégias eficazes:

- **Leitura Ativa:** Leia o material com atenção e faça anotações. Substitua a leitura passiva por uma abordagem mais interativa, que envolva a síntese do conteúdo e a criação de resumos.

- **Revisão Espaçada:** Revise o conteúdo de forma sistemática, utilizando intervalos regulares (dias, semanas e meses) para garantir que a informação seja consolidada na memória de longo prazo.

- **Mapas Mentais:** Use mapas mentais para visualizar e conectar conceitos. Esta técnica facilita a compreensão e a memorização de tópicos complexos.

- **Gerenciamento de Diferentes Disciplinas:** Adapte suas técnicas de estudo para lidar com diferentes tipos de disciplinas, como exatas, humanas ou biológicas. Cada matéria pode exigir uma abordagem específica.

✓ GESTÃO DO TEMPO

Uma das habilidades mais cruciais para quem estuda para concursos é a capacidade de gerenciar o tempo de forma eficaz:

- **Divisão do Tempo:** Divida seu tempo de estudo entre aprendizado de novos conteúdos, revisão e prática de questões. Reserve tempo para cada uma dessas atividades em seu cronograma.
- **Equilíbrio entre Estudo e Lazer:** Para manter a produtividade, é essencial equilibrar o tempo dedicado aos estudos com momentos de descanso e lazer. Isso ajuda a evitar o esgotamento e a manter a motivação alta.

✓ MOTIVAÇÃO E RESILIÊNCIA

Manter a motivação ao longo de meses ou até anos de estudo é um dos maiores desafios. Aqui estão algumas dicas para ajudá-lo a manter-se firme:

- **Superação da Procrastinação:** Identifique os gatilhos que levam à procrastinação e crie estratégias para enfrentá-los, como dividir tarefas grandes em etapas menores e mais gerenciáveis.
- **Lidando com Ansiedade e Estresse:** Utilize técnicas de relaxamento, como meditação, exercícios físicos e pausas regulares, para manter o bem-estar mental e físico.
- **Manutenção da Motivação:** Defina pequenas recompensas para si mesmo ao atingir suas metas. Lembre-se constantemente do seu objetivo final e das razões pelas quais você decidiu se preparar para o concurso.

À medida que você avança nessa jornada desafiadora, lembre-se de que o esforço e a dedicação que você coloca nos seus estudos são os alicerces para o sucesso. Confie em si mesmo, no seu processo, e mantenha a perseverança, mesmo diante dos obstáculos. Cada pequeno passo que você dá o aproxima do seu objetivo. Acredite no seu potencial, e não se esqueça de celebrar cada conquista ao longo do caminho. A Editora Solução estará com você em cada etapa dessa jornada, oferecendo o apoio e os recursos necessários para o seu sucesso. Desejamos a você bons estudos, muita força e foco, e que a sua preparação seja coroada com o sucesso merecido. Boa sorte, e vá com confiança em direção ao seu sonho!

Bons estudos!



Língua Portuguesa

1. Leitura e atribuição de sentidos de textos verbais e não verbais extraídos de livros, periódicos contemporâneos em meios impressos e eletrônicos.....	7
2. Textos mistos: verbais e não verbais inclusive imagéticos.....	11
3. Semântica e o sentido das palavras: relação entre significantes (sinais, símbolos, palavras e frases)	15
4. Pontuação e seus recursos sintático-semânticos.....	18

Conhecimentos Contextuais

1. Conhecimentos contextualizados à realidade brasileira contemporânea e suas demandas socioambientais, políticas e econômicas	35
2. Temas de interesse do mundo globalizado pautados pelas diversas mídias; Temas de repercussão e relevância veiculados nas mídias em âmbito nacional e local	39
3. Visão crítica frente aos desafios apresentados no cenário contemporâneo global, especificamente no Brasil e as relações com a Educação brasileira	40

Conhecimentos sobre Políticas Educacionais e de Combate à Pobreza

1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	47
2. Concepção Histórico-Crítica da Educação	66
3. Projeto Político Pedagógico da Escola.....	71
4. Conhecimento sobre as políticas de combate a pobreza – histórico, objetivos, resultados alcançados, índices de pobreza no Brasil e no mundo, projetos sociais, legislação.....	72
5. Decreto 12830/11 (Bahia).....	77
6. Decreto Federal 4.564/2003	78

Noções Gerais da Igualdade Racial e de Gênero

1. Constituição da República Federativa do Brasil (art. 1º, 3º, 4º e 5º)	83
2. Constituição do Estado da Bahia, (Cap. XXIII “Do Negro”).....	88
3. Lei Federal no 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial)	89
4. Lei Estadual nº 13.182, de 06 de junho de 2014 (Estatuto da Igualdade Racial e de Combate a Intolerância Religiosa), regulamentada pelo Decreto Estadual nº 15.353, de 08 de agosto de 2014, Decreto Estadual nº 15.670 de 19 de novembro de 2014, Decreto Estadual nº 15.671 de 19 de novembro de 2014, Decreto Estadual nº 15.669, de 19 de novembro de 2014.....	95
5. Lei Federal no 7.716, de 05 de janeiro de 1989 (Tipificação dos crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor)	111
6. Decreto Federal nº 65.810, de 08 de dezembro de 1969 (Convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial)	113
7. Decreto Federal nº 4.377, de 13 de setembro de 2002 (Convenção sobre eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher).....	118
8. Lei Federal no 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha)	124
9. Código Penal Brasileiro (art. 140)	131

10. Lei Federal nº 9.455, de 07 de abril de 1997 (Combate à Tortura)	131
11. Lei Federal nº 2.889, de 01 de outubro de 1956 (Combate ao Genocídio).....	131
12. Lei Federal nº 7.437, de 20 de dezembro de 1985 (Lei Caó).....	132
13. Lei Estadual nº 10.549, de 28 de dezembro de 2006 (Modifica a estrutura Organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual e dá outras providências).....	133
14. Lei Estadual nº 12.212, de 04 de maio de 2011 (Modifica a estrutura organizacional e cargos em comissão da Administração Pública do Poder Executivo Estadual e dá outras providências)	135
15. Lei Federal nº 10.678, de 23 de maio de 2003 (Cria a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República).....	146

Conhecimentos Específicos

Professor - Língua Inglesa

1. Interpretação e compreensão dos diversos aspectos textuais	153
2. Uso e domínio das estratégias de leitura: compreensão geral do texto	153
3. Reconhecimento de informações específicas	155
4. Inferência e predição	156
5. Palavras cognatas e falsos cognatos	156
6. Abordagem da linguagem sob novos enfoques	158
7. Vocabulário: domínio de vocabulário compatível com a interpretação e elaboração de texto, dentro do conteúdo exigido.....	158
8. Aspectos gramaticais: conhecimento dos tempos e modos verbais. Verb to be, regular/irregular verbs (simple present and simple past). Present continuous. Past continuous. Present perfect and past perfect. Present perfect continuous. Future tense: will; going to - nas diversas formas (afirmativa, negativa e interrogativa). Imperative	159
9. Modals: can, could, should, must, have, may; Passive voice	164
10. Uso de preposições.....	166
11. Conjunções	167
12. Formação e classe de palavras; pronomes: personal pronouns (object pronouns, subject pronouns); possessive pronouns and Possessive adjectives.....	169
13. Relative clauses: who/that/which/whose/whom/where	170
14. Comparatives and superlatives: possessive case	171
15. Aprendizagens em língua estrangeira	173
16. Relação entre Língua, cultura e sociedade	174

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E ATRIBUIÇÃO DE SENTIDOS DE TEXTOS VERBAIS E NÃO VERBAIS EXTRAÍDOS DE LIVROS, PERIÓDICOS CONTEMPORÂNEOS EM MEIOS IMPRESSOS E ELETRÔNICOS

LEITURA E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS

A leitura é um processo cognitivo e interpretativo no qual o leitor atribui significados ao texto com base em seu repertório cultural, contexto social e conhecimentos prévios. Não se trata apenas de decodificar palavras e frases, mas de compreender as intenções comunicativas do autor, identificar relações intertextuais e captar mensagens implícitas.

A construção de sentidos ocorre de maneira dinâmica e interativa. O leitor não é um mero receptor passivo de informações, mas um agente ativo que relaciona o conteúdo do texto com sua própria experiência. Assim, um mesmo texto pode ser interpretado de diferentes formas, dependendo do contexto e do leitor.

► O Papel do Leitor na Construção de Sentidos

Segundo a teoria da recepção, o leitor desempenha um papel essencial na construção de significados. Ele não apenas absorve as informações do texto, mas também as reorganiza mentalmente, complementando-as com seus conhecimentos prévios e atribuindo-lhes valor.

Há três níveis principais de leitura:

- **Leitura literal:** Foca no que está explicitamente dito no texto, compreendendo seu significado superficial.
- **Leitura inferencial:** Exige a capacidade de interpretar informações implícitas, deduzindo relações lógicas e contextuais.
- **Leitura crítica:** Analisa o texto em sua totalidade, considerando aspectos ideológicos, argumentativos e intertextuais.

▪ **Exemplo:** Em uma notícia sobre mudanças climáticas, a leitura literal identificaria os dados apresentados, a inferencial deduziria causas e consequências, e a crítica questionaria a fonte e a intenção do autor.

► Elementos que Influenciam a Construção de Sentidos

Diversos fatores afetam a interpretação de um texto, entre os quais se destacam:

- **Contexto:** A situação histórica, social e cultural em que o texto foi produzido e lido interfere diretamente na construção de sentidos.
- **Intenção comunicativa:** O autor pode querer informar, persuadir, criticar ou entreter, e o leitor deve identificar essa intenção para compreender o texto corretamente.

▪ **Gênero textual:** Cada tipo de texto segue normas específicas. Um artigo de opinião, por exemplo, traz argumentação e subjetividade, enquanto uma notícia busca objetividade.

▪ **Intertextualidade:** Muitas vezes, um texto faz referência a outros textos ou discursos, ampliando seus significados.

▪ **Exemplo:** Um meme na internet pode conter uma citação literária que só será compreendida plenamente por leitores familiarizados com a obra original.

► O Papel do Texto na Construção de Sentidos

Além do leitor, o próprio texto possui características que direcionam a interpretação. Entre os principais aspectos textuais que influenciam a leitura, destacam-se:

▪ **Coesão e coerência:** Um texto bem estruturado facilita a compreensão. A falta de conexão lógica entre as ideias pode gerar múltiplas interpretações ou dificultar a leitura.

▪ **Linguagem e estilo:** O uso de metáforas, ironia, polissemia e outros recursos linguísticos pode ampliar ou modificar os sentidos do texto.

▪ **Suportes e formatos:** O meio pelo qual o texto é transmitido (livro, jornal, rede social, propaganda) também impacta sua interpretação.

▪ **Exemplo:** Um anúncio publicitário pode conter um duplo sentido proposital para atrair a atenção do público, exigindo uma leitura mais atenta.

► Estratégias para uma Leitura Efetiva

Para melhorar a construção de sentidos durante a leitura, é recomendável adotar algumas estratégias:

- **Leitura exploratória:** Observar títulos, imagens, palavras-chave e estrutura antes de ler detalhadamente.
- **Contextualização:** Pesquisar o autor, a época e o gênero textual para entender melhor o conteúdo.
- **Identificação de pistas textuais:** Observar conectores, marcadores de discurso e relações entre as partes do texto.
- **Reflexão crítica:** Questionar as informações, buscar fontes alternativas e comparar diferentes interpretações.

Essas estratégias são essenciais, sobretudo no ambiente digital, onde circulam textos de diferentes naturezas e credibilidades, como fake news e discursos manipulativos.

A leitura e a construção de sentidos são processos interdependentes que exigem do leitor habilidades interpretativas e analíticas. Compreender um texto vai além da simples decodificação de palavras; envolve a percepção de sua estrutura, intenção e contexto.

No cenário contemporâneo, onde os textos circulam em múltiplos formatos e plataformas, a leitura crítica se torna uma ferramenta essencial para o cidadão. Seja na análise de um artigo

acadêmico, de uma notícia jornalística ou de uma postagem em redes sociais, a capacidade de interpretar e construir sentidos de maneira reflexiva é indispensável para a formação de leitores autônomos e conscientes.

TEXTOS VERBAIS E NÃO VERBAIS: DIFERENÇAS E COMPLEMENTARIDADE

Os textos podem ser classificados em verbais, não verbais e multimodais. Essa distinção se baseia nos recursos utilizados para a comunicação da mensagem. Enquanto os textos verbais dependem exclusivamente da linguagem escrita ou falada, os não verbais utilizam elementos visuais, sonoros ou gestuais.

Na contemporaneidade, a interação entre ambos é constante, especialmente nos meios digitais, o que exige do leitor uma interpretação ampla e crítica.

► Textos Verbais: Características e Exemplos

Os textos verbais são aqueles compostos por palavras, sejam elas escritas ou faladas. Esse tipo de texto pode aparecer em diversos gêneros e suportes, como livros, jornais, discursos e diálogos.

Principais características:

- Utilizam a linguagem verbal (escrita ou oral).
- Possuem estrutura sintática e gramatical organizada.
- Apresentam coesão e coerência textual.
- Podem seguir diferentes gêneros e finalidades, como narrar, argumentar, informar ou persuadir.

Exemplos de textos verbais:

- **Artigos jornalísticos:** Informam sobre fatos do cotidiano.
- **Discursos políticos:** Buscam convencer ou mobilizar um público.
- **Poemas e contos:** Trabalham com a estética da linguagem.
- **Redes sociais (textos escritos):** Mensagens publicadas em blogs, tweets ou legendas de fotos.

Apesar de ser um tipo de texto tradicional, o verbal frequentemente se complementa com elementos não verbais, como gráficos, imagens e emojis, para reforçar sua mensagem.

► Textos Não Verbais: Características e Exemplos

Os textos não verbais são aqueles que transmitem significados sem o uso de palavras escritas ou faladas. Em vez disso, utilizam imagens, símbolos, gestos e outros recursos visuais ou sonoros.

Principais características:

- Baseiam-se em signos visuais ou sonoros para a comunicação.
- Dependem do contexto para serem interpretados corretamente.
- Podem ser subjetivos, permitindo múltiplas leituras.
- Muitas vezes exigem conhecimento prévio do leitor para serem compreendidos.

Exemplos de textos não verbais:

- **Placas de trânsito:** Utilizam símbolos para orientar motoristas e pedestres.
- **Fotografias:** Capturam momentos e transmitem emoções sem palavras.

▪ **Linguagem corporal:** Expressões faciais e gestos transmitem sentimentos e intenções.

▪ **Infográficos:** Usam imagens e gráficos para representar dados visualmente.

▪ **Obras de arte:** Pinturas e esculturas comunicam ideias e emoções de maneira subjetiva.

Os textos não verbais exigem do leitor um olhar atento e analítico, pois sua interpretação pode variar conforme o contexto cultural e social.

► Textos Multimodais: A Convergência entre o Verbal e o Não Verbal

Na comunicação contemporânea, é cada vez mais comum a presença de textos multimodais, que combinam elementos verbais e não verbais para transmitir mensagens de maneira mais eficaz.

Exemplos de textos multimodais:

- **Charges e tirinhas:** Misturam texto escrito e imagens para criar humor ou crítica social.
- **Memes da internet:** Associam imagens e frases curtas para transmitir ideias de forma rápida.
- **Propagandas publicitárias:** Usam palavras, imagens e cores para persuadir o público.
- **Vídeos musicais:** Combinam letra de música, imagens e efeitos visuais para transmitir emoções.

A multimodalidade é especialmente relevante nos meios digitais, onde os usuários interagem com diferentes linguagens ao mesmo tempo.

► A Complementaridade entre Texto Verbal e Não Verbal

Embora possuam características distintas, os textos verbais e não verbais frequentemente se complementam, criando mensagens mais ricas e expressivas. Algumas formas dessa interação incluem:

- **Refinamento do significado:** Uma imagem pode reforçar ou ampliar a interpretação de um texto escrito.
- **Facilidade de compreensão:** Gráficos e diagramas ajudam a sintetizar informações complexas.
- **Atração visual:** Elementos visuais tornam a leitura mais dinâmica e envolvente.
- **Ironia e humor:** Em charges e memes, a relação entre imagem e texto pode gerar significados inesperados.

Exemplo: Uma charge política pode conter um pequeno trecho textual (verbal), mas a interpretação depende da imagem e do conhecimento do contexto (não verbal). Se o leitor não estiver familiarizado com o assunto retratado, poderá ter dificuldade em captar a crítica embutida no desenho.

A comunicação moderna exige dos leitores a capacidade de interpretar tanto textos verbais quanto não verbais, muitas vezes de maneira integrada. A interação entre essas duas formas de expressão cria mensagens mais completas, reforçando ideias e permitindo múltiplas leituras.

Seja na análise de uma propaganda, de um infográfico ou de uma postagem nas redes sociais, compreender como os elementos verbais e não verbais se relacionam é essencial para uma

leitura crítica e aprofundada. Em um mundo cada vez mais visual e digital, essa habilidade torna-se indispensável para interpretar informações com clareza e discernimento.

GÊNEROS TEXTUAIS E MEIOS DE DIVULGAÇÃO

Os gêneros textuais são formas de organização da linguagem que cumprem funções comunicativas específicas. Eles se adaptam aos diferentes contextos de uso da língua e variam conforme as necessidades sociais, culturais e tecnológicas. Além disso, os meios de divulgação influenciam a estrutura e o formato dos gêneros, uma vez que cada suporte – seja impresso ou digital – impõe características próprias à circulação e recepção dos textos.

A compreensão dos gêneros textuais e de seus meios de divulgação é fundamental para a leitura e interpretação eficaz de textos, especialmente em provas de concursos públicos, que exigem do candidato a capacidade de reconhecer e analisar diferentes gêneros em contextos diversos.

► O Que São Gêneros Textuais?

Os gêneros textuais são modelos de textos com características linguísticas e estruturais específicas, organizados para atender a diferentes propósitos comunicativos. Eles surgem da interação social e são dinâmicos, podendo se transformar ao longo do tempo ou conforme o meio de veiculação.

Principais características dos gêneros textuais:

- **Finalidade comunicativa:** Cada gênero tem um objetivo específico, como informar, persuadir, entreter ou instruir.
- **Estrutura organizacional:** Elementos estruturais típicos, como títulos, parágrafos, ilustrações e marcadores discursivos.
- **Uso da linguagem:** A formalidade ou informalidade do texto depende do gênero e do público-alvo.
- **Meio de circulação:** Pode ser impresso (jornais, revistas, livros) ou digital (blogs, redes sociais, e-mails).

Exemplo: Um artigo de opinião busca persuadir o leitor sobre um determinado tema, enquanto uma notícia tem a função de informar de maneira objetiva.

► Principais Gêneros Textuais e Suas Funções

Os gêneros textuais podem ser agrupados de acordo com sua função comunicativa. Abaixo estão alguns exemplos:

Gêneros Informativos:

São aqueles cuja principal função é transmitir informações ao leitor.

- **Notícia:** Relata um fato recente de forma objetiva e imparcial.
- **Reportagem:** Texto jornalístico mais aprofundado, trazendo entrevistas e análises.
- **Resumo:** Síntese de informações essenciais de um texto maior.
- **Verbetes de dicionário ou enciclopédia:** Definem e explicam conceitos.

Gêneros Argumentativos:

Textos que apresentam opiniões e defendem pontos de vista.

- **Artigo de opinião:** Expressa um posicionamento sobre um tema atual.

- **Editorial:** Texto opinativo publicado por um veículo de comunicação, representando sua visão institucional.

- **Resenha crítica:** Analisa e emite juízo sobre uma obra, como livros e filmes.

- **Carta argumentativa:** Expressa opiniões sobre determinado assunto, geralmente dirigida a uma autoridade ou instituição.

Gêneros Narrativos:

Gêneros que contam histórias, fictícias ou reais.

- **Conto:** Narrativa curta, com poucos personagens e enredo conciso.

- **Crônica:** Texto breve, frequentemente humorístico, que retrata situações do cotidiano.

- **Fábula:** História curta com ensinamento moral, geralmente protagonizada por animais.

- **Biografia e autobiografia:** Relatos da vida de alguém, escritos por outra pessoa ou pelo próprio biografado.

Gêneros Injuntivos e Prescritivos:

São textos que orientam ou instruem o leitor a realizar determinada ação.

- **Receitas culinárias:** Passo a passo para a preparação de pratos.

- **Manuais de instrução:** Explicam o funcionamento de produtos ou serviços.

- **Regras de jogos:** Determinam as normas de uma atividade lúdica ou esportiva.

Gêneros Digitais:

Com o avanço da tecnologia, surgiram novos gêneros que se adequam à comunicação digital.

- **E-mails:** Correspondência eletrônica, podendo ser formal ou informal.

- **Posts em redes sociais:** Publicações em plataformas como Facebook, Twitter e Instagram.

- **Memes:** Combinação de imagens e textos para gerar humor ou crítica social.

- **Blogs e Vlogs:** Textos e vídeos postados na internet com caráter pessoal ou informativo.

► Meios de Divulgação e Influência nos Gêneros Textuais

Os meios de divulgação são os suportes nos quais os textos circulam. O formato e a estrutura do texto podem variar de acordo com o meio em que são veiculados.

Meios Impressos:

Incluem livros, revistas, jornais e panfletos. Esses suportes geralmente seguem padrões gráficos fixos e são destinados a leituras mais aprofundadas e permanentes.

Exemplos:

- **Jornais impressos:** Notícias e reportagens com estrutura tradicional.

- **Livros:** Obras de ficção e não ficção organizadas em capítulos.

- **Revistas científicas:** Publicações acadêmicas e técnicas com artigos revisados por especialistas.

Meios Digitais:

A internet revolucionou a comunicação, criando gêneros multimodais e interativos. O digital permite que os textos sejam atualizados em tempo real e combinados com imagens, vídeos e hiperlinks.

Exemplos:

- **Sites de notícias:** Permitem atualizações constantes e interatividade com o público.
- **Blogs:** Textos opinativos ou informativos publicados de forma independente.
- **E-books:** Livros digitais acessíveis por meio de dispositivos eletrônicos.
- **Podcasts:** Formato de áudio para discussões e informações sobre diversos temas.

Meios Audiovisuais:

São aqueles que combinam som e imagem, como televisão, cinema e vídeos na internet.

Exemplos:

- **Telejornais:** Transmitem notícias com apoio de imagens e gráficos.
- **Documentários:** Apresentam fatos reais com abordagem aprofundada.
- **YouTube e TikTok:** Plataformas de vídeos curtos ou longos, explorando linguagem multimodal.

Cada meio de divulgação influencia o formato do texto e a maneira como ele é recebido pelo público. Um mesmo gênero pode se adaptar a diferentes suportes, como um artigo de opinião que pode ser publicado em um jornal impresso e também em um blog.

Os gêneros textuais desempenham um papel fundamental na comunicação e na organização da informação. Eles variam conforme a intenção comunicativa, o público-alvo e o meio de divulgação, exigindo dos leitores habilidades específicas para interpretá-los corretamente.

Com a expansão dos meios digitais, novas formas textuais surgiram, exigindo um olhar atento para a multimodalidade e para as novas maneiras de construção de sentidos. Seja no impresso ou no digital, a compreensão dos gêneros e seus meios de divulgação é essencial para a leitura crítica e eficiente na sociedade contemporânea.

ESTRATÉGIAS PARA A LEITURA CRÍTICA E INTERPRETATIVA

A leitura crítica e interpretativa é uma habilidade essencial para compreender, analisar e questionar os textos que circulam nos mais diversos contextos, desde livros e jornais até redes sociais e materiais acadêmicos.

Diferente de uma leitura superficial, que apenas capta informações explícitas, a leitura crítica exige reflexão, identificação de intenções comunicativas e reconhecimento de discursos implícitos.

► Compreensão Global do Texto

Antes de uma análise detalhada, é essencial ter uma visão geral do texto. Para isso, algumas ações são recomendadas:

▪ **Leitura exploratória:** Observar título, subtítulos, imagens, gráficos e outros elementos que possam fornecer pistas sobre o conteúdo.

▪ **Identificação do gênero textual:** Saber se o texto é uma notícia, um artigo de opinião, uma crônica ou outro gênero ajuda a prever sua estrutura e intenção comunicativa.

▪ **Leitura rápida:** Fazer uma leitura inicial para captar a ideia central e a organização das informações.

Essa etapa inicial garante uma base sólida para aprofundar a análise posteriormente.

► Identificação da Intenção do Autor

Todo texto tem um propósito comunicativo, seja informar, persuadir, entreter ou instruir. Identificar a intenção do autor ajuda a interpretar corretamente o texto. Algumas perguntas úteis para essa análise incluem:

- O autor deseja apenas relatar fatos ou tenta influenciar a opinião do leitor?
- Há marcas de subjetividade ou argumentação no texto?
- O tom do texto é neutro, crítico, irônico ou persuasivo?

Exemplo: Em um artigo de opinião sobre política, é importante identificar se o autor defende uma posição específica e quais argumentos ele utiliza para sustentá-la.

► Análise do Conteúdo Explícito e Implícito

Muitas vezes, os textos contêm mensagens que vão além do que está escrito. Para captar esses significados, é necessário diferenciar:

▪ **Informações explícitas:** São aquelas que estão diretamente no texto, sem necessidade de interpretação.

▪ **Informações implícitas:** São subentendidas e exigem inferências do leitor.

Exemplo de leitura inferencial:

Texto: "O trânsito estava parado. João olhou para o relógio e suspirou, resignado."

Inferência: O texto não diz explicitamente que João estava atrasado, mas o leitor pode deduzir isso a partir do contexto.

Essa habilidade é fundamental para compreender ironia, sarcasmo e entrelinhas em textos literários, jornalísticos e publicitários.

► Verificação da Credibilidade da Informação

Em um mundo onde a circulação de fake news e desinformação é constante, a leitura crítica exige que o leitor avalie a confiabilidade do texto. Algumas estratégias incluem:

▪ **Verificar a fonte:** O texto foi publicado por um veículo confiável? O autor tem credibilidade no assunto?

▪ **Confirmar os dados:** As informações apresentadas são respaldadas por fontes oficiais?

▪ **Identificar viés ideológico:** Há manipulação dos fatos para favorecer determinado ponto de vista?

▪ **Comparar com outras fontes:** Outros meios de comunicação confirmam ou contradizem a informação?

CONHECIMENTOS CONTEXTUAIS

CONHECIMENTOS CONTEXTUALIZADOS À REALIDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA E SUAS DEMANDAS SOCIOAMBIENTAIS, POLÍTICAS E ECONÔMICAS

DESIGUALDADES SOCIAIS E SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO

As desigualdades sociais constituem um dos traços mais persistentes da sociedade brasileira. Elas se expressam em múltiplas dimensões — econômica, racial, territorial e de gênero — e afetam diretamente o acesso, a permanência e a qualidade da educação oferecida à população. A compreensão dessas desigualdades é fundamental para o educador, que deve agir de forma crítica e reflexiva na promoção de práticas inclusivas e transformadoras.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º, reconhece a educação como um direito social, e o artigo 205 reforça seu papel de pleno desenvolvimento da pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. No entanto, a distância entre a garantia legal e a realidade social brasileira revela a profundidade dos desafios impostos pelas desigualdades históricas.

► Configuração das desigualdades sociais no Brasil

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua/IBGE) indicam que os 10% mais ricos concentram uma parte significativa da renda nacional, enquanto os 40% mais pobres têm acesso limitado a bens e serviços essenciais. Essa estrutura social impacta a educação pública de diversas formas:

- Acesso desigual às escolas de qualidade;
- Deficiência em infraestrutura escolar em áreas periféricas e zonas rurais;
- Baixos salários docentes em contextos mais vulneráveis;
- Ausência de recursos pedagógicos adequados.

As desigualdades também são racializadas. Segundo o IBGE, pretos e pardos têm menores taxas de conclusão do ensino médio e inferior acesso ao ensino superior, reflexo de um racismo estrutural que limita oportunidades desde a educação infantil.

► Desigualdade regional e territorial na educação

As diferenças entre regiões e entre áreas urbanas e rurais evidenciam outra faceta da desigualdade. No Norte e Nordeste do Brasil, os indicadores de analfabetismo e distorção idade-série são mais elevados do que no Sul e Sudeste. O Censo Escolar do INEP mostra que escolas rurais têm menor acesso a saneamento, energia elétrica, internet e bibliotecas.

Além disso, crianças e adolescentes em áreas de vulnerabilidade social enfrentam obstáculos adicionais para frequentar a escola: violência, falta de transporte, necessidade de trabalhar para complementar a renda familiar, entre outros. Esses fatores contribuem para a evasão escolar e a baixa aprendizagem.

► Impactos das desigualdades na qualidade da educação

As desigualdades estruturais se traduzem em desafios concretos para o desempenho educacional dos estudantes. As avaliações nacionais, como a Prova Brasil e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), demonstram que há correlação direta entre o nível socioeconômico dos alunos e seu desempenho em Língua Portuguesa e Matemática.

Outro aspecto é a dificuldade de permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade. A evasão escolar no ensino médio, por exemplo, está fortemente associada à pobreza e à necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho informal. O Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), em sua Meta 2, estabelece a universalização do ensino fundamental e a superação do analfabetismo até o terceiro ano, metas que ainda enfrentam entraves nos territórios mais desiguais.

► Educação e inclusão: o papel das políticas públicas

Frente a esse cenário, o Estado deve assumir o compromisso de garantir políticas públicas redistributivas que combatam as desigualdades educacionais. Entre as ações mais relevantes, destacam-se:

- O financiamento progressivo da educação por meio do Fundeb, com complementação da União;
- Programas de permanência escolar, como merenda, transporte e bolsas;
- Políticas afirmativas no ensino superior (cotas raciais, sociais e para pessoas com deficiência);
- Formação continuada de professores para o atendimento de públicos diversos.

A Constituição e a LDB (Lei nº 9.394/1996) orientam para a universalização do ensino com qualidade social, mas isso só será possível com a equidade como princípio estruturante das políticas educacionais.

► A escola como espaço de resistência e transformação

A escola, mesmo inserida em contextos desiguais, pode ser um espaço de resistência e de transformação social. Práticas pedagógicas que reconhecem a diversidade, que valorizam os saberes dos estudantes e que problematizam a realidade contribuem para a construção de uma educação emancipadora, conforme proposto por Paulo Freire.

O combate às desigualdades exige uma ação intencional e planejada dos profissionais da educação. Isso inclui a elaboração de projetos político-pedagógicos comprometidos com a inclusão,

o uso de metodologias ativas que favoreçam a participação de todos e a construção de vínculos entre escola, família e comunidade.

As desigualdades sociais no Brasil têm raízes históricas e se refletem de forma intensa na educação. A superação desses obstáculos passa por políticas públicas robustas, financiamento adequado e práticas pedagógicas comprometidas com a equidade e a justiça social.

O educador, ao compreender esse contexto, deve atuar de maneira crítica e propositiva, construindo uma escola verdadeiramente democrática, plural e inclusiva.

QUESTÕES AMBIENTAIS E A RELAÇÃO COM POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

As questões ambientais tornaram-se centrais nos debates contemporâneos, dada a intensificação das mudanças climáticas, da degradação dos ecossistemas e da escassez de recursos naturais. No contexto brasileiro, país de megadiversidade biológica e com profundas desigualdades sociais, os impactos ambientais afetam de forma desproporcional populações vulneráveis, como povos indígenas, comunidades ribeirinhas, quilombolas e populações urbanas periféricas.

Diante dessa realidade, a educação ambiental emerge como uma estratégia essencial para formar sujeitos críticos, capazes de compreender e agir sobre os problemas ambientais e suas inter-relações com a economia, a política e a cultura. A escola tem papel estratégico na construção de uma consciência socioambiental que vá além da abordagem ecológica tradicional, integrando saberes científicos, valores éticos e práticas sustentáveis.

► Marco legal da educação ambiental no Brasil

A base normativa da educação ambiental no Brasil é sólida e reconhece sua importância como política pública de Estado. Os principais instrumentos legais são:

▪ **Lei nº 9.795/1999 (Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA):** estabelece que a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades do ensino, de forma articulada aos conteúdos curriculares.

▪ **Constituição Federal de 1988, artigo 225, §1º, inciso VI:** atribui ao poder público o dever de promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino.

▪ **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), artigo 32, §4º:** determina que o ensino fundamental deve incluir os princípios da educação ambiental, sem constituir uma disciplina isolada.

Esses dispositivos reforçam a obrigatoriedade da integração transversal da educação ambiental, o que implica sua presença nos projetos político-pedagógicos das escolas e na formação inicial e continuada dos professores.

► Educação ambiental como prática interdisciplinar e transformadora

A abordagem da educação ambiental nas escolas deve romper com o modelo tradicional, focado apenas na conservação da natureza ou em ações pontuais como reciclagem. Ela precisa ser crítica, emancipatória e contextualizada, considerando:

- A relação entre degradação ambiental e desigualdades sociais;
- O impacto das grandes obras de infraestrutura sobre populações locais;
- O papel das políticas econômicas e agrárias na destruição de biomas como a Amazônia, o Cerrado e a Caatinga;
- Os modos de vida sustentáveis das populações tradicionais.

Portanto, a educação ambiental deve ser interdisciplinar, promovendo o diálogo entre ciências naturais, ciências humanas, artes e linguagens, de forma a ampliar a compreensão dos fenômenos ambientais como problemas sociais complexos.

► A base nacional comum curricular e a educação ambiental

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) incorpora a temática ambiental como eixo transversal por meio das competências gerais e específicas. A competência geral nº 10, por exemplo, propõe:

“Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.”

Além disso, a BNCC inclui temas ambientais de forma específica em componentes como Ciências da Natureza, Geografia e Química, tratando de questões como mudanças climáticas, biodiversidade, ciclo da água, matriz energética e sustentabilidade.

No entanto, a efetivação dessas diretrizes ainda é um desafio, especialmente em contextos escolares marcados pela escassez de recursos e pela ausência de formação docente específica para tratar a complexidade dos temas socioambientais.

► Iniciativas e políticas públicas educacionais com foco socioambiental

Diversos programas e políticas públicas buscaram integrar a dimensão ambiental à educação brasileira. Destacam-se:

▪ **Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA):** estabelece diretrizes para políticas educacionais voltadas à sustentabilidade, com foco na formação de educadores ambientais.

▪ **Agenda 21 Escolar:** iniciativa que promove o diagnóstico participativo das condições ambientais da escola e o desenvolvimento de planos de ação sustentáveis.

▪ **Educação para a Sustentabilidade nos Territórios Rurais:** programa articulado ao Pronacampo, que valoriza saberes locais e práticas agroecológicas.

▪ **Escolas Sustentáveis:** projetos que incentivam a gestão ambiental participativa, o uso racional de recursos naturais e a alimentação escolar saudável.

Tais iniciativas visam transformar a escola em espaço de vivência de práticas sustentáveis, articulando comunidade, gestão escolar e currículo.

► Principais desafios para a efetivação da educação ambiental

Apesar dos avanços legais e programáticos, a educação ambiental enfrenta entraves importantes no sistema educacional brasileiro:

- Falta de formação docente específica e continuada;
- Visão fragmentada da temática nos currículos escolares;
- Resistência à abordagem crítica dos conflitos ambientais;
- Pressões políticas e econômicas que enfraquecem a legislação ambiental e educacional;
- Ausência de estrutura e recursos materiais para atividades práticas.

Superar esses obstáculos requer uma atuação articulada entre educadores, gestores, comunidades escolares e movimentos sociais, além do fortalecimento de políticas públicas orientadas pela justiça socioambiental.

A crise ambiental que vivenciamos exige uma reconfiguração do papel da educação na formação de cidadãos conscientes, críticos e atuantes. A educação ambiental, quando integrada de forma efetiva às práticas pedagógicas e políticas públicas, permite compreender os vínculos entre natureza, sociedade e economia, contribuindo para a construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento.

A escola, ao valorizar a diversidade de saberes e práticas ambientais, pode contribuir para a construção de um projeto coletivo de futuro, baseado na equidade, na solidariedade e no respeito à vida em todas as suas formas.

Cabe aos educadores o compromisso de mediar esse processo, conectando o local ao global e o conhecimento científico ao cotidiano dos sujeitos.

PANORAMA POLÍTICO E SEUS IMPACTOS NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

A educação é uma das áreas mais sensíveis às transformações políticas, visto que a formulação, implementação e avaliação de políticas educacionais dependem diretamente das decisões tomadas por governos em diferentes esferas. No Brasil, a organização federativa, os ciclos eleitorais e as disputas ideológicas afetam a continuidade e a coerência das políticas públicas na área educacional.

Compreender como o cenário político influencia a estrutura e os rumos da educação pública é essencial para o trabalho do educador, que atua como agente de políticas públicas no cotidiano escolar. A análise do panorama político brasileiro permite identificar tendências, rupturas e desafios no processo de construção de uma educação pública democrática, equitativa e de qualidade social.

► Organização federativa e educação como responsabilidade compartilhada

A Constituição Federal de 1988 define o Brasil como uma federação composta por União, estados, Distrito Federal e municípios, e estabelece que a educação é uma responsabilidade comum entre esses entes (artigo 211). A divisão de competências segue o princípio da colaboração, prevendo que:

- A União deve organizar o sistema federal de ensino e financiar, de forma suplementar, os sistemas estaduais e municipais.
- Os estados e municípios devem atuar de forma articulada para garantir o acesso e a permanência dos alunos na escola.

Essa estrutura requer mecanismos de cooperação e coordenação intergovernamental para garantir a efetividade das políticas educacionais.

Contudo, em muitos momentos, a ausência de pactuação entre os entes federativos compromete a eficácia das políticas implementadas, gerando desigualdades regionais e descontinuidade de ações.

► Ciclos políticos, partidarização e descontinuidade das políticas educacionais

No Brasil, as políticas educacionais estão frequentemente sujeitas às mudanças de gestão decorrentes dos ciclos eleitorais. Isso contribui para a descontinuidade administrativa, com projetos interrompidos ou substituídos a cada troca de governo, sem avaliação prévia de seus impactos.

Além disso, a partidarização da educação — isto é, a instrumentalização da política educacional para fins ideológicos ou eleitorais — tem se acentuado nos últimos anos. Disputas em torno de temas como a BNCC, o papel da escola na formação ética e cidadã, e a abordagem de questões de gênero e diversidade revelam um cenário de polarização ideológica que fragiliza o debate técnico e pedagógico.

Exemplos dessa instabilidade incluem:

- A reformulação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e a exclusão de conteúdos relacionados à diversidade;
- Mudanças nas diretrizes curriculares do ensino médio sem ampla consulta pública;
- Tentativas de controle ideológico sobre o trabalho docente, como no movimento “Escola Sem Partido”.

► O plano nacional de educação e sua implementação política

O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, é o principal instrumento de planejamento de longo prazo da política educacional brasileira. Com vigência de dez anos, o plano estabelece 20 metas e respectivas estratégias voltadas para a universalização do acesso, a melhoria da qualidade, a valorização dos profissionais da educação, entre outros objetivos.

Apesar da força normativa do PNE, sua implementação depende da vontade política e da capacidade dos entes federados em cumprir as metas e indicadores. Relatórios do INEP e de organizações como a Campanha Nacional pelo Direito à Educação indicam que muitas metas do PNE estão com progresso lento ou estagnado, especialmente aquelas relacionadas ao financiamento e à formação docente.

A ausência de um sistema nacional de avaliação e monitoramento articulado dificulta o acompanhamento efetivo do plano e compromete sua função como política de Estado.

► Reformas educacionais e conflitos políticos

As reformas estruturantes da educação brasileira têm sido marcadas por disputas políticas entre diferentes grupos de interesse, o que impacta diretamente sua concepção e implementação. Um exemplo central é a Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), que alterou a organização curricular e introduziu itinerários formativos, priorizando áreas consideradas estratégicas para o mercado de trabalho.

Essa reforma foi elaborada inicialmente por meio de Medida Provisória (MP nº 746/2016), sem amplo debate com a sociedade civil e os profissionais da educação, gerando críticas quanto à sua legitimidade e ao seu alinhamento a interesses econômicos,

em detrimento do direito à formação integral. Em 2023, iniciou-se um processo de revisão da reforma, refletindo a disputa contínua sobre os rumos da política educacional.

► **Financiamento da educação e decisões políticas**

O financiamento da educação pública também está diretamente vinculado ao cenário político. A Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu o teto de gastos públicos, limitou os investimentos em áreas sociais por 20 anos, afetando gravemente os orçamentos da saúde e da educação.

A aprovação da Emenda Constitucional nº 108/2020, que tornou o Fundeb permanente, representou um avanço importante, mas exigiu forte mobilização da sociedade civil, demonstrando que conquistas na área educacional demandam engajamento político constante.

Além disso, o cumprimento da meta 20 do PNE, que prevê o investimento mínimo de 10% do PIB em educação pública, ainda não foi alcançado, revelando a influência da política econômica nas prioridades orçamentárias do Estado.

O panorama político brasileiro exerce influência direta sobre a formulação, implementação e avaliação das políticas educacionais. Governos com diferentes visões de mundo adotam estratégias distintas em relação ao papel do Estado, ao financiamento da educação e aos conteúdos curriculares.

Para garantir uma educação pública democrática e de qualidade, é fundamental fortalecer políticas de Estado — e não apenas de governo — com base no diálogo social, na participação democrática e no respeito à diversidade.

O profissional da educação deve estar atento às transformações do cenário político, pois sua atuação pedagógica está inserida em um contexto mais amplo de disputas e definições sobre o projeto de sociedade que se pretende construir por meio da escola.

DESAFIOS ECONÔMICOS E O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

O financiamento da educação pública no Brasil é um dos pilares para garantir o direito à educação com qualidade, equidade e permanência. No entanto, esse financiamento está diretamente condicionado ao cenário econômico e às decisões de política fiscal adotadas pelos governos. A insuficiência de recursos, a má distribuição entre os entes federativos e os limites impostos pelas regras fiscais são alguns dos obstáculos à efetivação das metas educacionais estabelecidas na legislação nacional.

A compreensão dos desafios econômicos é fundamental para que profissionais da educação e gestores públicos possam formular estratégias que assegurem não apenas a ampliação do acesso à educação, mas também a melhoria da qualidade do ensino ofertado à população brasileira.

► **A relação entre economia e políticas educacionais**

A economia influencia a educação por meio da arrecadação tributária e da definição das prioridades orçamentárias do Estado. Em contextos de recessão ou austeridade fiscal, como os vivenciados pelo Brasil em diferentes períodos recentes, a tendência é de redução dos investimentos sociais, afetando principalmente áreas como saúde, assistência e educação.

Por outro lado, períodos de crescimento econômico tendem a ampliar a capacidade de financiamento público, possibilitando políticas de expansão de matrículas, valorização docente e me-

lhoria da infraestrutura escolar. No entanto, o desafio estrutural do país permanece: mesmo em momentos de maior arrecadação, o investimento em educação tem sido insuficiente para corrigir as desigualdades históricas do sistema educacional brasileiro.

► **Principais mecanismos de financiamento da educação pública**

O financiamento da educação no Brasil é regulado por uma série de dispositivos constitucionais e legais, que garantem vinculações mínimas de recursos:

Constituição Federal de 1988:

Artigo 212 determina que os estados devem aplicar 25% da receita resultante de impostos em manutenção e desenvolvimento do ensino, e a União, mínimo de 18%.

▪ **Lei nº 9.394/1996 (LDB):** define que a aplicação desses recursos deve priorizar a educação básica e suas modalidades.

▪ **Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação):** principal mecanismo de redistribuição de recursos entre estados e municípios, com caráter redistributivo. Com a Emenda Constitucional nº 108/2020, o Fundeb tornou-se permanente, com aumento progressivo da complementação da União, que passou de 10% para 23% em 2026.

Além desses instrumentos, o financiamento da educação também depende da eficiência na gestão pública, da fiscalização dos conselhos de controle social e do cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE).

► **O plano nacional de educação e a meta do investimento**

O Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) estabelece 20 metas, entre elas a Meta 20, que determina:

“Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no quinto ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.”

No entanto, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o investimento em educação pública girou em torno de 5% do PIB em 2023, abaixo do que é considerado necessário para universalizar o acesso com qualidade e equidade. A não implementação da meta 20 revela a tensão entre os compromissos legais e as limitações políticas e fiscais impostas pelos governos.

► **Impacto das regras fiscais e do teto de gastos**

Um dos principais desafios ao financiamento da educação foi a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal (teto de gastos públicos). Essa emenda congelou os investimentos primários federais por 20 anos, limitando o crescimento das despesas públicas à inflação do ano anterior. Como resultado, os gastos com educação passaram a ser comprimidos, mesmo com o crescimento da população em idade escolar e a ampliação de demandas educacionais.

Especialistas e organizações da sociedade civil apontam que o teto de gastos representa um entrave ao cumprimento do direito à educação e das metas do PNE. Embora o Novo Regime Fiscal tenha sido revogado em 2023, com a criação do arcabouço